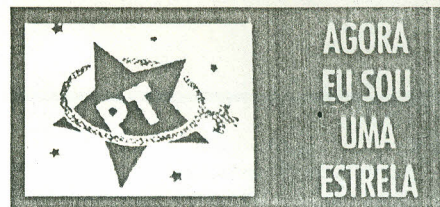


MULHERES

BOLETIM DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT - Nº 1 - AGOSTO 1993



EDITORIAL

Você está recebendo o primeiro número do Boletim Mulheres, da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Este número um é totalmente dedicado ao relatório do Encontro Nacional de Mulheres do PT. O IV Encontro Nacional de Mulheres do PT foi realizado nos dias 28 a 30 de maio de 1993 no Rio de Janeiro. Estiveram presentes 86 mulheres, representando 13 estados. Na abertura do Encontro a companheira Benedita da Silva, representando a Secretaria Nacional de Movimentos Populares, ressaltou a importância de as mulheres garantirem no mínimo 30% de mulheres na direção nacional do partido e se mobilizarem para garantir o direito ao aborto. Esteve também presente a companheira Heloneida Studart deputada estadual pelo Rio de Janeiro.

A NOVA SECRETARIA ELEITA

São Paulo

Maria Luíza da Costa
Tatau Godinho
Maria Otília Bocchini
Clara Charf
Raimunda Ferreira de Almeida (Rai)

Rio de Janeiro

Ângela Borba
Leila Cristina Tavares
Leci Carvalho e Silva

Minas Gerais

Márcia de Cássia Gomes
Sílvia Contreras

Rio Grande do Sul

Isabel de Freitas

Paraná (*)

Rosani Moreira
Almira Maciel
Tânia Taip

Centro-Oeste

Teresinha Monteiro de Oliveira
Norte

Edineide Arruda

Mulheres Negras

Gláucia Mattos

Maria Bernadete Rufino Vilela

Suplentes

Ivete Garcia (SP)

Dulce Maria Pereira (SP)

Vera Soares (SP)

Luciene da Silva Lacerda (RJ)

Iolanda C. de Oliveira (mulheres negras)

Denise Dayrel (MG)

Ethel Golbert (RS)

Jane Bauer (RS)

um nome em rodízio (região norte)

(*) as companheiras do Paraná, que não puderam comparecer todas ao encontro em função de um grave acidente na viagem, fizeram no próprio Estado a sua indicação.

RELATÓRIO DO IV ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES DO PT

GÊNERO, RAÇA E PODER. POLÍTICAS PÚBLICAS

Na sexta-feira foram realizados dois debates. Uma à tarde sobre gênero, raça e poder, que contou com a presença de Rose Marie Muraro e outro à noite sobre políticas públicas.

Infelizmente, com a ausência de uma das companheiras da mesa, no primeiro debate, não chegamos a abordar a discussão de raça. Em políticas públicas, Ivete Garcia discutiu os compromissos das administrações petistas em relação às mulheres. Falou sobre a experiência que teve enquanto coordenadora da Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André.

O objetivo dos debates era proporcionar às participantes do encontro a possibilidade de aprofundar a discussão em relação aos temas.

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

No debate sobre construção partidária, no sábado de manhã, as presentes se dividiram em sub-grupos e abordaram dois temas: uma avaliação da política de ação afirmativa, principalmente cotas, e as propostas de estatuto e regimento interno.

AÇÕES AFIRMATIVAS.

O III Encontro Nacional de Mulheres do PT aprovou propostas de creche nos encontros, formação, comunicação não discriminatória e cotas, com a presença de no mínimo 30% de mulheres na direção. As propostas foram encaminhadas ao I Congresso do Partido que as aprovou.

Apesar das diferenças existentes nos diversos estados é evidente que a cota aumentou o número de mulheres na direção, trouxe para a direção do partido um grande número de mulheres que há muito tempo atuavam na sua construção sem no entanto assumirem postos de direção. Dessa forma o partido tem uma nova cara, um partido de homens e mulheres.

É evidente que há muito o que aprimorar na política de cotas e nas demais ações afirmativas, no entanto um grande passo foi dado.

Em relação à creche a nossa avaliação é de que um grande número de encontros não cumpriu a determinação partidária que estabelece que os encontros do PT devem ter creche.

Temos tido alguma dificuldade de integrar as mulheres nos cursos de formação política.

ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO

Em relação a esse item foram aprovadas as propostas que reafirmam a necessidade de o Partido cumprir em seus estatutos as decisões do I Congresso (cota mínima de 30% de mulheres nas direções, creches nos encontros, política de formação, etc.)

Além disso, foi proposto uma nova concepção de estatuto que incorpore em seus princípios a necessidade de considerar que o PT é um partido de homens e mulheres, que luta pela liberdade e auto-afirmação dos indivíduos, contra todas as formas de violência e portanto considera que todos têm direito de expor suas

opiniões internamente e punirá atos de violência decorrentes da falta de liberdade de expressão interna.

O PT não pode tolerar no seu interior e na sociedade as manifestações de discriminação de sexo, raça, de região de nascimento, credo, idade ou opção sexual.

ABORTO: BASTA DE SILÊNCIO

Esse é o tema da campanha deste ano da Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos. O objetivo é contribuir para reduzir pela metade os casos de mortalidade materna. E, não se pode falar em diminuir essas mortes sem falar em aborto.

A Organização Mundial da Saúde avalia que, em nosso país, são praticados três milhões de abortos por ano.

No Brasil e em muitos outros lugares onde o aborto é ilegal, a maioria das mulheres não pode pagar um aborto clandestino seguro. Muitas morrem ou ficam doentes por causa de abortos malfeitos.

Nós, mulheres petistas, consideramos inaceitável a morte ou sofrimento de uma única mulher que seja por causa do aborto ilegal. Por isso lutamos para que as mulheres tenham direito de decidir sobre seu próprio corpo e para que o aborto seja encarado como uma questão de saúde pública.

A campanha internacional pelo direito ao aborto chega num momento oportuno. Neste ano, um grupo de juristas está trabalhando na revisão do código penal. O atual é de 1940 e trata o aborto como crime, prevendo pena de prisão para quem o pratica.

O aborto não pode ser considerado um crime. Não deve constar do código penal. A sua prática deve estar regulamentada nas leis que estabelecem as normas de funcionamento dos serviços públicos de saúde.

No processo constituinte, em 1987, o PT adotou como posição indicativa a defesa da garantia constitucional ao direito da prática do aborto, com assistência e amparo do Estado em todas as fases, determinando a abertura de um processo de discussão no partido sobre a questão do aborto.

Avaliamos que esse deve ser o patamar, mínimo, de onde o PT deve partir para avançar as discussões e incorporar os aspectos centrais da luta feminista.

Este é o desafio: elaborar propostas que garantam o direito ao aborto, levar o debate para o conjunto do Partido e ampliar a discussão para a sociedade, a fim de que muitas mulheres e movimentos sociais incorporem essa luta.

Após intenso processo de discussão na plenária do Encontro, foram aprovados os seguintes itens:

- aborto não é crime. É uma questão de saúde pública. Esta questão não deve ser tratada no Código Penal e sim em legislação ordinária. O atendimento ao aborto deve ser tratado na regulamentação de saúde e garantido o serviço na Rede de Saúde Pública. Devemos ficar atentas para a possibilidade de essa questão ser tratada

na Revisão Constitucional.

- as mulheres petistas devem se engajar na campanha de 28 de setembro - dia internacional pelo direito ao aborto. As bandeiras de luta para este dia são:

1. Contra a clandestinidade do aborto que causa a morte das mulheres;

2. Pelo direito de decidir se vamos ou não ter filhos - em que momento (questão de fórum íntimo da mulher);

3. Em caso de gravidez indesejada, ter condições de realização do aborto pela saúde pública.

- encaminhar propostas para as administrações petistas, propondo a implantação de serviço de atendimento às mulheres que queiram fazer aborto nos casos previstos em lei.

- elaborar materiais sobre aborto, inclusive com argumentos elaborados pelas *Católicas pelo Direito de Decidir*.

- fazer discussões com os militantes petistas que pertencem à igreja.

- defendemos o direito ao aborto. Cada mulher deve ter o direito de decidir em que caso faz aborto ou não. Esta é uma decisão de foro íntimo. Nesse contexto devemos ser cuidadosas com a apresentação de propostas que objetivem legalizar o aborto apenas nos casos em que for constatada anomalia no feto evitando o conteúdo de eugenia que alguns querem atribuir ao aborto.

- a sub-secretaria nacional deve listar os nomes de mulheres que podem contribuir neste debate, auxiliando a organização da discussão no PT.

- fazer ampla campanha no interior do PT. No encontro nacional iniciar a campanha.

MULHERES NEGRAS

A opressão de raça é um dos instrumentos mais fortes de dominação e discriminação social. Precisamos ampliar nossa compreensão sobre a opressão de raça e gênero; esse é um desafio para as mulheres do PT. Um desafio que tentamos começar a enfrentar conjuntamente neste IV Encontro. As mulheres negras presentes ao encontro se reuniram para fazer uma avaliação do que foi a sua presença no PT neste período e elaborar propostas para o futuro.

Algumas propostas foram aprovadas.

- realizar encontro de mulheres negras petistas até março de 94, organizado pela Sub-Secretaria Nacional (já acertamos a realização de um Seminário Nacional).

- que todo material de propaganda do Partido garanta as diferentes etnias e raças.

- inclusão da questão racial nos cursos de formação política do partido.

- organização de cursos de formação racial para negros petistas.

- seminário sobre a questão racial e sobre políticas públicas.

FESTA

E como ninguém é de ferro, nosso Encontro teve sua festa: um espaço para a alegria e descontração.

GRUPOS TEMÁTICOS

Eram grupos de interesse que discutiram temas diferenciados: violência, comunicação, políticas públicas e esterilização. As propostas surgidas nesses grupos foram apresentadas em bloco à plenária.

COMUNICAÇÃO

Fazer artigos para Teoria e Debate, Boletim Nacional sobre aborto e cotas.

- ter mulheres nos conselhos de redação das publicações.

- criar uma comissão para elaborar o projeto da revista

- moção de preocupação para o Brasil agora, em consequência do machismo na abordagem e linguagem

- estabelecer periodicidade para o PT Informa Mulheres

- aproveitar recursos das secretarias de imprensa onde elas existem

- colocar mulheres negras nos materiais das mulheres do Partido

- criar um banco de dados de textos publicados por mulheres

ESTERILIZAÇÃO

Criar um grupo de trabalho que atue junto ao grupo de saúde, economia e previdência social do PAG (Programa Alternativo do Governo Lula)

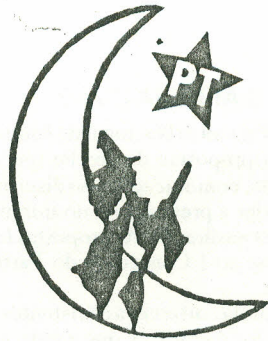
- denunciar a esterilização em massa que vem ocorrendo no país

- cobrar de nossas prefeituras que implantem programas de atendimento integral à saúde da mulher

VIOLÊNCIA

Incluir no estatuto do PT, item referente à proibição da violência contra a mulher, criança e homens

- que os casos de violência contra a mulher, ocorridos dentro do PT, sejam denunciados em órgãos públicos e que se instale Comissão de Ética juntamente com a Secretaria de Mulheres local



- o PT deve realizar, junto com outras entidades, uma campanha de esclarecimento e combate à violência contra a mulher através de material informativo sobre o que é violência contra a mulher, suas formas de manifestações, como evitá-las e como e onde denunciar

- as Secretarias de Mulheres devem organizar debates, seminários de avaliação sobre a finalidade das delegacias de mulheres, qual a relação desta com o movimento de mulheres e como, a nível institucional, podemos contribuir para uma melhor estruturação e funcionamento das delegacias de mulheres.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora não incluído na pauta como tema de grupo de interesse, na prática o tema despertou interesse de um grande número de mulheres presentes, que dessa forma criaram um espaço para trocar experiências e conhecer os trabalhos desenvolvidos por petistas que atuam ou atuaram em organismos de mulheres em cidades administradas pelo PT. Na discussão surgiram diversas propostas:

- Realizar seminário nacional de mulheres para discutir políticas públicas (o que são, qual o acúmulo do PT em relação ao assunto, balanço das experiências, relação administrações, partido e movimentos sociais e tratamento dado aos organismos específicos de mulheres)

- Elaborar documento relatando nossas experiências (projetos, ações, programas, avaliações)

- A Sub-Secretaria Nacional deve assumir com urgência a questão de políticas públicas

- Organizar Banco de Dados com projetos de leis referentes à questão da mulher, apresentados por parlamentares petistas

- Recomendar às mulheres petistas que ocupam cargos nas direções do partido que participem das Secretarias de Assuntos Institucionais

- Onde não há administração petista, devemos contribuir com documentos, matérias, experiências para o fortalecimento do movimento organizado.

GUERRA NA BÓSNIA

Nós, mulheres, reunidas no Encontro de Mulheres Nacional do Partido dos Trabalhadores, no dia 30 de maio de 1993, propomos ao Encontro Nacional do PT, que se manifeste junto as Nações Unidas sobre a violação de mulheres como arma de guerra na ex-Iugoslávia.

Nesta guerra, além de toda a destruição que tem causado aos habitantes deste lugar, tem sido praticados crimes contra as mulheres sem precedentes na história - a utilização de chamada "operação de limpeza étnica" - soldados sérvios isolam mulheres e crianças, em sua maioria muçulmanas, em campo de prisioneiras, cometendo todo tipo de violência e abuso sexual - mais de 20 mil mulheres e crianças foram estupradas.

A violação de mulheres se converteu em estratégia militar do exército iugoslavo e das tropas paramilitares. Mais de 35.000 mulheres e crianças foram capturadas em campos "de violação e extermínio".

O Partido dos Trabalhadores se manifesta exigindo:

a) Que o estupro seja declarado crime de guerra, e que se crie um tribunal internacional para tratar deste tipo de crime;

b) Que os campos de violação e extermínio sejam fechados, as mulheres e crianças libertadas;

c) Que as mulheres vítimas de violação na guerra tenham a liberdade de decidir sobre o direito ao aborto.

O Partido dos Trabalhadores se solidariza nos esforços de muitas organizações de vários países em dar ajuda direta às mulheres engravidadas, criando condições para que possam realizar o aborto quando desejarem.

(SUB)SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT

Mais uma vez reafirmamos nossa proposta: queremos nos organizar como uma *secretaria* do partido. E ampliar o processo de organização de Secretarias de Mulheres em todos os Estados.

Foi eleita a Coordenação da nossa Secretaria Nacional de Mulheres. Uma coordenação ampla, garantindo as condições de funcionamento das reuniões. Além das eleitas, a coordenação da Secretaria Nacional é aberta à participação de mais uma dos outros estados (indicadas pelas Secretarias de Mulheres Estaduais). E, sem dúvida, a Secretaria tem como convidadas permanentes as companheiras eleitas para o Diretório Nacional (vide pag. 1).

SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT - SNMP

Endereço: Rua Conselheiro Nébias, 1052 - Campos Elíseos - São Paulo - SP - CEP: 01203-002

Telefone: (011) 223.7999

Fax: (011) 222.9665